

A CONTRIBUIÇÃO DA PROMOVER NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO ALTO VALE DO ITAJAÍ.

Tarcisio Kock

tarcisiokock@gmail.com

Professora Orientadora: Dra Andreia Blass
Pasqualini

RESUMO

Este artigo, tem como objetivo mostrar as ações da Associação para o Desenvolvimento Social e Aperfeiçoamento do Cidadão- PROMOVER, através da organização associativa dos seus membros no Alto vale do Itajaí, que desenvolve ações nas diversas políticas públicas buscando a melhoria da qualidade de vida, articulada com a sustentabilidade ambiental, social e econômico. Por meio de pesquisa documental coletou-se os dados que foram analisados com olhar dos conceitos de desenvolvimento regional sustentável que estão no referencial teórico. os resultados efetivos apontam para implantação da política Nacional de Habitação Rural - PNHR, que através de uma moradia digna proporcionou o aumento da auto estima e possibilitou a integração com políticas públicas de ATER-assistência técnica e extensão rural , ressaltando a eficácia na aplicação dos recursos públicos comprometendo todos os agentes dos projetos; dirigentes, técnicos, associados beneficiários e ainda assim é necessário avaliação permanente para que possamos fortalecer e potencializar ainda mais as políticas públicas.

Palavras -chave: habitação, política pública, desenvolvimento regional.

1.INTRODUÇÃO

A constituição de 1988 aceitou as emendas populares com mais de 30 mil assinaturas que possibilitou a proliferação de organização não governamental - ONGs no país, marcando o início de forte reivindicação de autonomia da sociedade civil por parte dos atores sociais nas diversas áreas das políticas públicas. conhecida também como constituição cidadã, que instituiu a participação e a descentralização como pilares de sustentação da gestão pública.

Como forma de alavancar esse processo, novas estruturas sociais foram criadas, possibilitando assim que organizações da sociedade civil, vinculadas ao contexto municipal, se tornassem atores centrais no campo da gestão pública as redes públicas de cooperação, que se consolidaram no Brasil, principalmente em meados dos anos 2000, são exemplo disso. Zapata, Amorim e Arns (2007).

O objetivo deste artigo é apresentar os diversos projetos e ações desenvolvidas pela PRÓ MOVER no decorrer dos 19 anos de atividades com o olhar e fundamentação no programa nacional de habitação Rural - PNHR que é o guarda-chuva ou seja o propulsor e integrador das políticas públicas implementadas por esta entidade no alto vale do Itajaí.

O surgimento de cooperativas, associações e ONG's com o objetivo de melhorar a qualidade de vida da comunidade tem fortalecido e estimulado o espírito de coletividade e solidariedade, suprimindo a ausência/isolamento do estado, construindo ou fortalecendo o capital social na região (Durston, 1999). Uma sociedade civil organizada é capaz de superar problemas presentes e futuros e de tornar estes atributos de organização solidária uma variável-chave para alcançar o desenvolvimento regional (Monastério, 1999).

Para elaboração desta pesquisa e alcance do objetivo proposto, foi utilizado a pesquisa documental.

Silva, Almeida, Guindani (2009) O uso de documento em pesquisa deve ser apreciado e valorizado. A riqueza de informações que deles podemos extrair e resgatar justifica o seu uso em várias áreas das Ciências Humanas e Sociais porque a possibilidade amplia o entendimento de objetos cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural. Por exemplo, na reconstrução de uma história vivida e a técnica para interpretar os resultados foi através de levantamento de dados e informações em documentos produzidos pela PRÓ MOVER das políticas públicas: Relatórios, atas, projetos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Os movimentos sociais formados por profissionais, lideranças sindicais e sociais, ONGs, pesquisadores e professores universitários foram decisivos para a institucionalização do setor habitacional no Brasil. O movimento alcançou nos últimos 15 anos conquistas como a inserção inédita da questão urbana na Constituição Federal de 1988, a Lei Federal Estatuto da Cidade, em 2001 e a criação do Ministério das Cidades, em 2003 (BRASIL, 2019b).

Na Constituição Federal de 1988, a moradia considerada um dos direitos sociais, conforme o seu artigo 6º e através do processo de descentralização a possibilidade de gestão dos programas sociais, inclusive habitação pelos Estados e Municípios. O Estatuto da Cidade, aprovado pela Lei Federal nº 10.257/2001, criou novos instrumentos urbanísticos para viabilizar a regularização fundiária, garantindo a função social da propriedade, o planejamento participativo nas políticas urbanas e o acesso universal à cidade.

Em 2003, com o Governo Federal (2003-2010), criou-se o Ministério das Cidades, com o caráter de órgão coordenador, gestor e formulador da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, integrando as políticas ligadas à cidade, como habitação, saneamento, transporte, mobilidade urbana, trânsito e planejamento territorial. Este órgão assumiu a responsabilidade de articular e qualificar os diferentes entes federativos para uma estratégia nacional com o objetivo de solucionar os problemas habitacionais dos municípios brasileiros (BRASIL, 2019).

Dessa forma, o planejamento do setor habitacional foi delineado com a implementação da Política Nacional da Habitação (PNH) pelo Ministério das Cidades no ano de 2004, garantindo novas condições institucionais para promover o acesso à moradia digna a todos os segmentos da população, especialmente o de baixa renda. A PNH trouxe um conjunto de instrumentos

para viabilizar a sua efetivação, como o Sistema Nacional de Habitação (SNH) e o Plano Nacional de Habitação conforme previstos na Lei 11.124/2005.

O principal instrumento da PNH e estabeleceu as bases da integração entre os três níveis de governo e com os agentes públicos e privados envolvidos, definindo as regras que asseguram a articulação financeira, de recursos, necessária à implementação da Política Nacional de Habitação. Este sistema é composto por uma instância de gestão e controle, como o Ministério das Cidades, o Conselho das Cidades, o Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, os Conselhos Estaduais e Municipais, o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e os Fundos Estaduais e Municipais de Habitação de Interesse Social (FEHIS e FMHIS) (BRASIL, 2019).

Conforme relatado na Lei nº 11.124/2005, o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social objetivou centralizar os recursos orçamentários provenientes do Orçamento Geral da União, do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social, dotações e receitas de operações realizadas com recursos do FNHIS. Esses recursos são aplicados para a execução dos programas habitacionais para aquisição, construção, melhoria, reforma, locação social e arrendamento de unidades habitacionais, produção de lotes urbanizados para fins habitacionais e regularização fundiária e urbanística de áreas de interesse social.

Dentre os Programas Habitacionais, a principal política para habitação foi o programa minha casa minha vida , lançado em abril de 2009, com a meta, revista em 2012, de construir três milhões de moradias visando atender famílias com renda mensal entre 0 a 10 salários mínimos. Este programa contemplou subsídios e financiamentos para produção ou aquisição de novas unidades habitacionais. Atuando de maneira diferenciada para cada padrão de renda familiar, o Programa Minha Casa Minha Vida foi segmentado e dispõe de subprogramas, como o Programa Nacional de Habitação Urbana que oferece financiamento às famílias que residem na área urbana com renda mensal de até R\$ 5.000,00 e o Programa Nacional de Habitação Urbana – Entidades atendendo as famílias com renda bruta mensal de até R\$ 1.600,00, devendo estas estar organizadas por meio de uma Entidade Organizadora. Com o objetivo de atender aos agricultores e trabalhadores rurais, o Programa Nacional de Habitação Rural objetivou subsidiar a produção ou reforma de imóveis as famílias agricultoras (BRASIL, 2019).

O PNHR foi criado pela Medida Provisória nº. 459, convertida pela Lei nº. 11.977/2009. Conforme expresso na legislação, este Programa tem como objetivo buscar e garantir subsídio financeiro para a produção de moradia aos agricultores familiares e trabalhadores rurais.

Os recursos para a execução do programa e produção das unidades habitacionais são oriundos do Orçamento Geral da União – OGU e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS. Os beneficiários devem ser organizados sob forma coletiva por uma Entidade Organizadora – EO (cooperativas, associações, sindicatos ou o Poder Público) (BRASIL, 2019).

Podem ser contemplados com este programa os agricultores familiares, trabalhadores rurais, assentados do Programa Nacional de Reforma Agrária – PNRA, quilombolas, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, indígenas e demais comunidades tradicionais com renda bruta anual até R\$ 60.000,00.

Os beneficiários podem ser agrupados em 03 grupos de acordo com a faixa de renda:

a) Grupo I: famílias com renda bruta anual até R\$ 17.000,00. Nesta modalidade os recursos para a produção das unidades habitacionais na região Sul são de R\$ 34.200,00. As famílias são atendidas com subsídio de 96% dos recursos. A contrapartida por parte dos beneficiários corresponde a 4% (R\$ 1.368,00) do valor total de R\$ 34.200,00, sendo este valor pago em 04 anos após a construção da casa e creditados a favor do Tesouro Nacional;

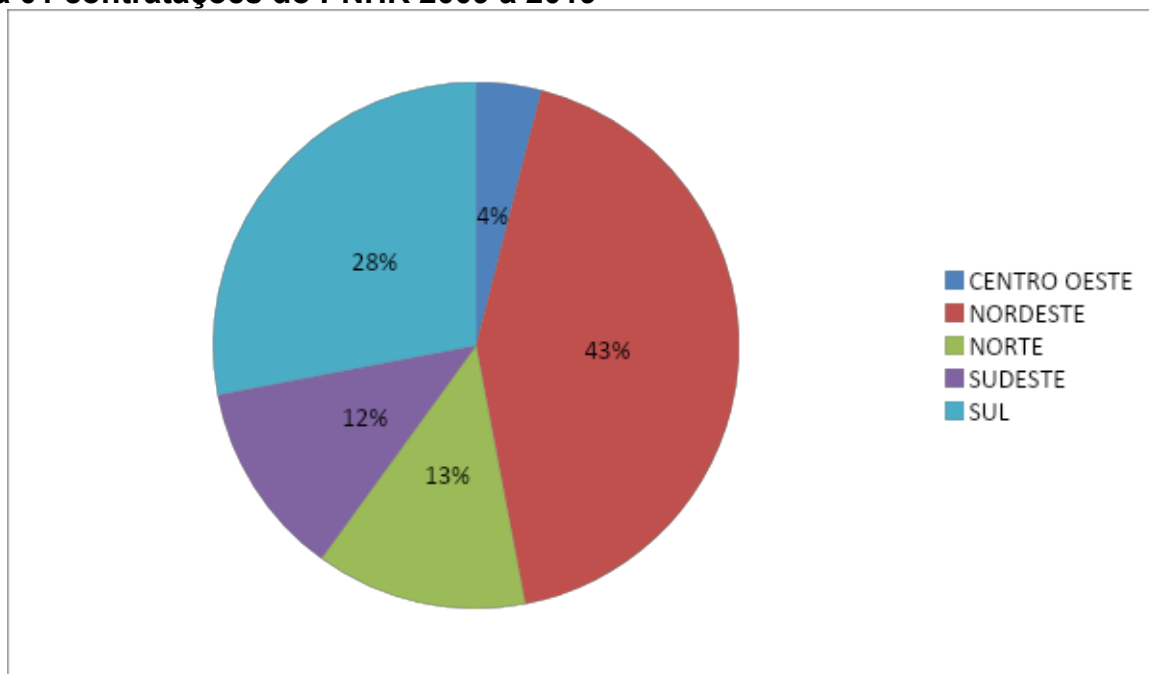
b) Grupo II: famílias com renda bruta anual de R\$ 17.000,01 a R\$ 33.000,00. São atendidas com o financiamento da moradia ou reforma, com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;

c) Grupo III: famílias com renda bruta anual até R\$ 33.000,01 a R\$ 78.000,00. São atendidas com financiamento da moradia ou reforma, com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.

De acordo com dados do Ministério das Cidades (2019), desde o início do programa, em 2009 até Maio de 2019 foram contratados 215.300 (duzentos e quinze mil e trezentas) unidades habitacionais em todo o país. Conforme dados apresentados nas tabelas e gráficos, 28% das contratações foram realizadas no Sul do Brasil, Grande parte das contratações foi efetuada através da faixa de renda Grupo I, atendendo assim a população de mais baixa renda.

contratações efetuadas através do PNHR – 2009 a Março de 2019.

Figura 01 contratações do PNHR 2009 a 2019



Fonte: Ministério das Cidades (2019).

3. A ASSOCIAÇÃO PRÓ MOVER

A Associação Para o Desenvolvimento Social e Aperfeiçoamento do Cidadão – PRÓ MOVER, fundada em 26 de janeiro de 2000, é uma entidade, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos. Tem como principais objetivos contribuir para o desenvolvimento social e o aperfeiçoamento da qualidade de vida dos seus associados, através de projetos habitacionais, assistência técnica, educação ambiental e agroecologia.

A Associação iniciou seus trabalhos com 24 associados fundadores (agricultores familiares do município de Alfredo Wagner) e desde a sua fundação vários projetos foram elaborados e executados. No início, os projetos eram voltados para o incentivo a produção agroecológica no meio rural.

No período de 2005 a 2007, a PRÓ MOVER foi parceira do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, na execução do Projeto “Tocando em Frente”: Pastoreio Voisin (leite a base de pasto) com o objetivo: diversificar as lavouras de fumo, revitalizando a pecuária leiteira. Teve como parceiros o Ministério do Desenvolvimento Agrário, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo (CEPAGRO). Na execução deste projeto, a Associação atuou na implementação e funcionamento do posto de venda de produtos para controle de pragas e doenças nas pastagens. Este projeto beneficiou 128 famílias do município de Alfredo Wagner e região.

No ano de 2008, foi executado pela entidade o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) o qual trata da compra direta de alimentos orgânicos da agricultura familiar para formação de estoques públicos. A Associação forneceu alimentos para escolas e hospitais da região da Grande Florianópolis. O Projeto teve como agente operador a CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento) e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

No ano de 2009 com a sede no município de Rio do Sul ampliou sua atuação abrangendo o alto Vale do Itajaí, iniciando o debate sobre habitação de interesse social e contribuindo com os municípios na elaboração do plano municipal de habitação de Interesse social (PLHIS) quanto ao planejamento do setor habitacional dos municípios.

A Associação também executou o Projeto de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER Modelo Alto Vale do Itajaí de Piscicultura Integrada - ADEMAVIPI, com abrangência em 24 municípios da região que teve como objetivo promover o desenvolvimento da piscicultura no Alto Vale do Itajaí, através da ampliação das ações de assistência técnica especializada. Através deste projeto, foram atendidas 619 famílias dos municípios da região.

Em parceria com o SEBRAE e a empresa Impulso executor projeto de fortalecimento e incentivo a fruticultura e piscicultura atendendo 300 produtores da região.

A PRÓ MOVER está habilitada pelo Ministério das Cidades para execução de 1.000 unidades habitacionais, através do Programa Nacional de Habitação Urbana - Entidades (PNHU-E), e 500 unidades para o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR). (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2019).

Projeto de Habitação Urbano executou 23 unidades em braço do trombudo e 43 em petrolândia e conta com 268 propostas referente aos municípios de Rio Do Sul, Dona Emma, Rio do Oeste e Mirim Doce.

Estas famílias são acompanhadas pela equipe técnica Social da PRÓ MOVER que são orientadas na melhoria da qualidades de vida.

3.1 O Programa Nacional de Habitação Rural impulsiona O Desenvolvimento Regional.

No meio rural até então, os agricultores tinham acesso a políticas públicas para dentro de suas propriedades, apenas crédito para produção agrícola, aquisição de máquinas, equipamentos, animais e construção de

ranchos e chiquerrões. Porém a residência onde há a necessidade de habitação da família ficava em segundo plano. Com a publicação do Programa nacional de habitação rural em 2009 o PNHR-Programa Nacional de Habitação Rural mudou esse cenário no campo. Mas, para que o programa pudesse ser implementado, precisava diversos atores servindo de ponte, desde a decisão política até as comunidades dos agricultores, indígenas e assentados do alto vale. Decisão Política, presidência da República, Ministério da Fazenda, Ministério das Cidades; Caixa Econômica Federal, PRÓ MOVER, Entidades e comunidades locais (Prefeituras; EPAGRI, Sindicatos e associação dos Municípios), fornecedores de material de construção , mão de Obra e associados Beneficiários.

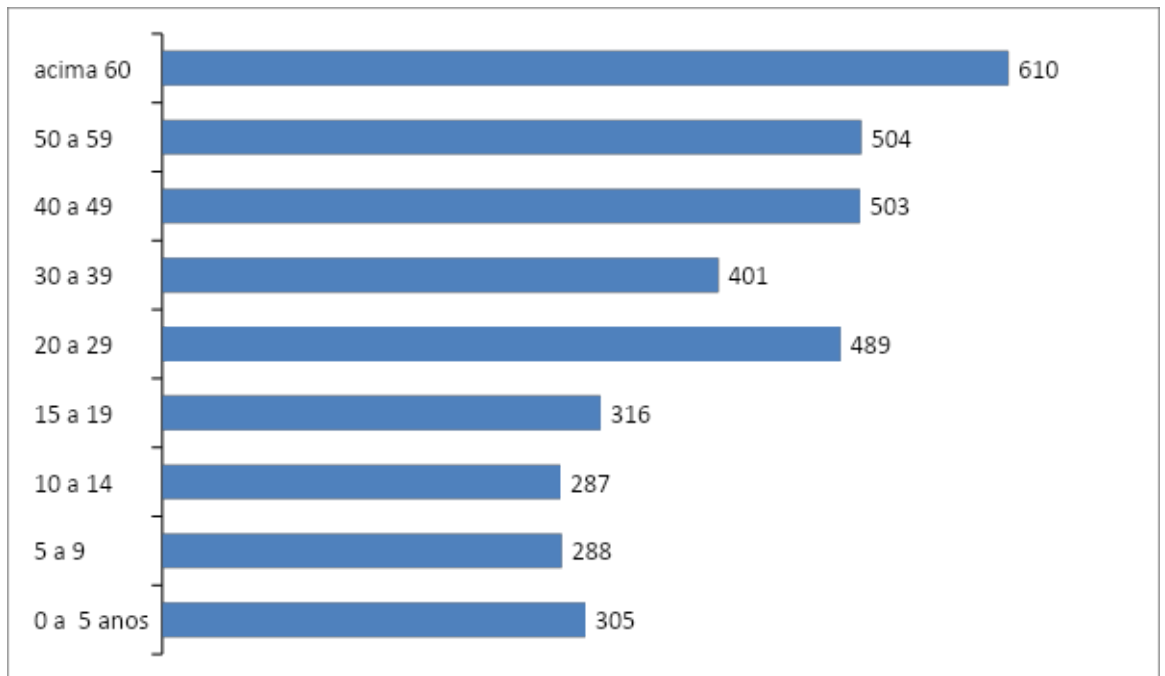
Nos anos de 2012 a 2019, a PROMOVER executou 54 grupos de beneficiários que puderam acessaram a política pública implementada pelo governo federal. Ao total foram 1.270 unidades habitacionais rurais em vários municípios do Alto Vale do Itajaí: Atalanta (56 unidades), Agrolândia (70 unidades), Agronômica (116 unidades), Aurora (63 unidades), Braço do Trombudo (07 unidades) Ituporanga (334 unidades); José Boiteux (48 unidades); Lontras (66 unidades), Mirim Doce (84 unidades), Petrolândia (75 unidades), Presidente Getúlio (07 unidade habitacional), Presidente Nereu (07 unidades), Rio do Oeste(130 unidades), Rio do Sul (26 unidades), Rio dos Cedros (25 unidades), Taió (04 unidades) , Vitor Meireles (121 unidades) e Witmarsum (11 Unidades) .

O Alto Vale do Itajaí está localizado na região central do estado de Santa Catarina. Segundo dados da Secretaria de Planejamento de Santa Catarina (2011), a região possui 9.031 km², o que corresponde a 9,43% do território catarinense. A população total da região é de 291.840 habitantes, representando 4,67% da população de Santa Catarina. Destes, aproximadamente 61,61% da população reside no meio urbano e 38,39% dos habitantes moram no meio rural (IBGE, 2018).

A região possui uma economia diversificada, o setor de agropecuária é o que mais contribui para a economia destes municípios, pois se tratam de comunidades primordialmente agrícolas e parte de sua receita provém de atividades ligadas a este setor. Os principais produtos são cebola, fumo, milho, arroz, leite, pecuária, entre outros. As pequenas propriedades diversificam as culturas durante as estações do ano. Na grande maioria das propriedades a mão de obra é familiar. (AMAVI - Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí 2019)

O nível médio da renda das famílias beneficiadas é de R\$ 900,00 reais mensais. A escolaridade dos adultos é em sua grande parte apenas o ensino fundamental incompleto. A faixa etária da população beneficiária é composta de jovens (o a 19 anos), adultos (20 a 59 anos) e idosos (acima de 60 anos) conforme gráfico demonstrativo a seguir:

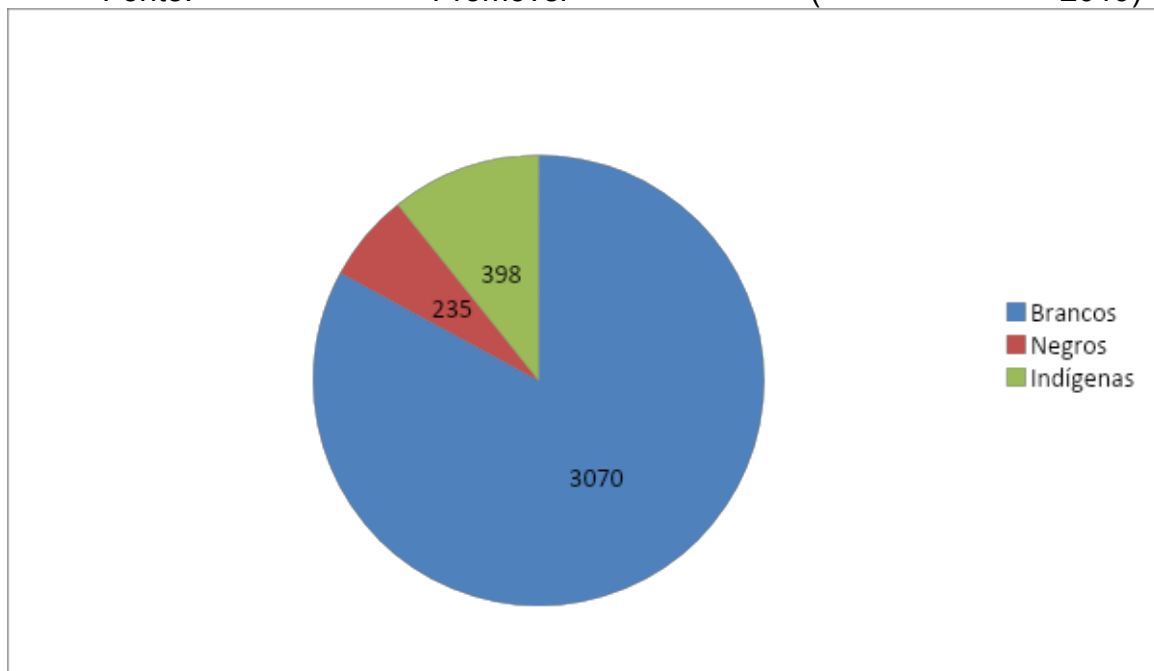
Figura 02 Faixa Etária população beneficiada



A etnia da população beneficiária é composta por 3.070 brancos, 235 negros e 398 indígenas.

Figura 03 Etnia da População

Fonte: Promover (2019)



A execução foi realizada em 03 etapas, denominadas de: Pré-obra, Obra e Pós-obra. Geralmente, as etapas são realizadas no período de tempo de 10 meses. A primeira etapa, Pré-obra, consiste na mobilização dos atores sociais e dos interessados em associar-se à PRÓ MOVER para receber o benefício. A etapa denominada Obra é o período de construção da casa. Na última etapa, Pós-obra, realiza-se a prestação de contas e avaliação final do Programa.

No primeiro período de execução do Programa (etapa Pré-obra) foram realizados encontros com agricultores do município, com o propósito de

apresentar a Associação, bem como o PNHR. Elaboram-se os projetos técnicos de engenharia e social, coleta e produção de documentos dos associados beneficiários e da PRÓ MOVER. Realizam-se também visitas nas moradias das famílias, no qual um membro da equipe técnica social realiza uma entrevista sobre o perfil socioeconômico, objetivando obter mais informações relacionadas à família e seus interesses, avaliando assim o enquadramento dos beneficiários dentro dos critérios estabelecidos pelos normativos do Programa e pela Associação.

Dentre os critérios de seleção definidos pela PRÓ MOVER, ressalta-se atender: a) Famílias que não possuem casa própria e que se enquadram no Grupo I de beneficiários (renda bruta anual de R\$ 17.000,00); b) Famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar; c) Famílias com pessoas deficientes ou idosas; d) Famílias residentes em área de risco ou insalubres ou que tenham sido desabrigadas; e) Famílias que tenham o maior número de filhos menores de idade; f) Famílias que tenham pessoas estudando, ou em programas de qualificação profissional (ATA DA ASSEMBLEIA GERAL, EM 16/06/2013).

A partir destas ações foi elaborado pela PRÓ MOVER o Projeto de Trabalho Técnico Social, denominado de “Projeto Social: Aqui é o Meu Lugar”, ressaltando a importância de valorizar a moradia e qualidade de vida dos beneficiários. No documento relata-se um diagnóstico da área de intervenção e características da população beneficiária, bem como as ações que deverão ser realizadas, objetivando:

Os projetos sociais elaborados apresentam no seu diagnóstico situações precárias com relação à área de intervenção. Na maioria dos casos, nas comunidades rurais, local de construção das casas, as estradas são revestidas com pedra britada ou cascalho e não há iluminação pública. Algumas das comunidades rurais são de difícil acesso e distantes do Centro do município. Com relação ao destino do lixo, em algumas comunidades há coleta de lixo, em outras, o lixo é queimado ou enterrado. Nas casas não há serviço de abastecimento de água, a água é da nascente ou de poço artesiano. O sistema de esgoto e saneamento é precário, as comunidades não possuem essa infraestrutura, não havendo as instalações corretas de fossa, filtro e sumidouro. Grande parte das famílias beneficiárias reside em domicílios rudimentares de madeira, tendo na sua maioria banheiros inadequados. É também comum a presença de casas em situação de risco, como áreas de alagamentos, deslizamentos, desmoronamento e enchentes.

Neste sentido, entende-se que a construção das unidades habitacionais e a realização do trabalho social junto às famílias é um fator determinante para a inclusão social e para a qualidade de vida dos agricultores, pois a partir disso passam a dispor de endereço fixo, não estando mais na dependência de estar em casas cedidas ou alugadas.

Considerando esse diagnóstico e conforme enfatizado no Projeto de Trabalho Técnico Social - Empreendimento União - 11 UH

Ainda na primeira etapa do programa, realiza-se a assembleia com o grupo de beneficiários para eleição da comissão de representantes do empreendimento- (CRE).

Esta atividade é considerada primordial, pois esta comissão juntamente com a Associação é responsável pela gestão dos recursos financeiros e prestação de contas de forma transparente. Os membros possuem a função de acompanhar o andamento das obras, atividades de compra, recebimento e distribuição de material de construção, emissão de notas fiscais pelas lojas de materiais e declarar a destinação dos recursos liberados para pagamentos de serviços. A CRE toma as decisões para a destinação dos recursos, ou seja, participa da gestão pública, representando o seu grupo de beneficiários, caracterizando assim aspectos das dimensões sustentabilidade política e participação dos cidadãos.

A segunda etapa "Obra" inicia com o ato de contratação entre a CEF, os associados beneficiários e a PRÓ MOVER. Neste momento, a CRE e os associados tomam diversas decisões, como escolher a(s) loja(s) de materiais de construção para fornecimento e contratar os profissionais de mão de obra para a execução dos serviços. Para a construção, utiliza-se o regime de autoconstrução assistida, modalidade escolhida pela Associação que permite a participação dos beneficiários na construção da sua residência. Através disto, o grupo de famílias pode escolher as lojas de materiais de construção que irão fornecer o material e cada família contrata os profissionais de mão de obra. O método utilizado pela Associação objetiva garantir a qualidade e a satisfação dos beneficiários com a casa.

Ressalta-se que os fornecedores devem prioritariamente estar localizados e residirem no município o qual serão construídas as casas, agilizando assim a prestação do serviço.

Outro motivo desta prioridade, definida pela PRÓ MOVER, é o fato de gerar renda na comunidade, utilizando os próprios recursos existentes no local, movimentando a economia do município, promovendo o desenvolvimento econômico local e regional.

Desta forma foram injetados o montante de recursos investido na região por meio deste programa a importância de R\$ 43.434.000,00 (Quarenta e três milhões, quatrocentos e trinta e quatro mil reais), considerando 1.270 unidades habitacionais.

Para a mão de obra foram destinados R\$ 13.030.200,00 (Treze milhões, trinta mil e duzentos reais) e para os fornecedores de materiais de construção R\$ 30.403.800,00 (Trinta milhões, quatrocentos e três mil e oitocentos reais). A construção das casas foi realizada por aproximadamente 950 profissionais, contemplando pedreiros, carpinteiros, pintores, encanadores e eletricitistas. O fornecimento dos materiais ficou por conta de 42 lojas de materiais de construção, oportunizando empregos nos municípios pela elevada demanda. Dessa maneira, percebe-se uma contribuição para as características da sustentabilidade econômica e a valorização dos próprios recursos. (PROMOVER, 2019)

O projeto arquitetônico da casa é padrão e contempla 02 quartos, BWC, sala e cozinha conjugadas e área de serviço, totalizando em 47m², de acordo com as especificações mínimas orientadas pelo Ministério das Cidades. O projeto foi elaborado prevendo a mobilidade de pessoas cadeirantes em todos os cômodos da casa, bem como a possibilidade de ampliação da unidade habitacional, podendo esta ser realizada pela família beneficiária com seus recursos próprios, posteriormente a finalização das obras.

Ao executar o projeto, a PROMOVER orienta e fiscaliza a construção das casas, impedindo a construção em áreas de risco e a construção de forma inadequada, devendo rigorosamente seguir o projeto aprovado.

Concomitantemente com a construção das UH(Unidades Habitacionais), é executado pela PROMOVER, juntamente com as entidades locais, as atividades do Projeto de Trabalho Técnico Social com os associados.

Estes participam dos encontros realizados pela equipe multidisciplinar por técnicos especializados, da PRÓ MOVER. São utilizadas abordagens coletivas como reuniões, dias de campo, dinâmicas, com a intenção de trabalhar em conjunto, abrindo-se para a participação do público diretamente envolvido.

Orientações gerais para a obra: este encontro busca traçar as metas e ações de execução da construção, com orientações técnicas para o bom andamento da obra, qualidade e resistência da casa, agilidade na construção, conclusão e melhor aproveitamento do material. Além da participação dos associados beneficiários, participam desta atividade os profissionais da construção civil contratados;

Qualidade de vida: busca promover mais saúde e bem estar para as famílias. Com este tema, são realizadas diversas oficinas sobre consumo adequado dos alimentos, prática de exercícios físicos, hortas caseiras, plantas medicinais, ajardinamento e embelezamento da propriedade, importância da preservação ambiental, uso adequado de agrotóxico na lavoura, saneamento básico, água, destino correto do lixo (orgânico em forma de compostagem e seco através da reutilização e reciclagem);Participação social: objetiva ressaltar a importância da participação da sociedade nas decisões públicas, bem como incentiva o envolvimento através de entidades como sindicatos, cooperativas e associações, como ferramentas para defesa da classe agricultora. Através deste tema, é tratado de gestão dos recursos públicos, orçamento público, importância de pagar impostos, participação cidadã, sindicalismo, cooperativismo e associativismo;Empreendedorismo e geração de renda: este tema tem o propósito de incentivar as famílias beneficiárias a buscarem novas alternativas de renda, diversificação na produção da propriedade rural, como cultivo de hortaliças, plantas medicinais, frutas, piscicultura, entre outros, tendo em vista que na região ainda está muito presente a cultura do fumo Para várias famílias, a construção da casa e as atividades do trabalho social contribuíram para uma melhor qualidade de vida.A última etapa, denominada de “Pós-obra” ocorre após a finalização da construção das unidades habitacionais e realização das atividades do Trabalho Social. Nesta etapa realiza-se a festa de inauguração das casas que ocorre na casa nova de uma das famílias. O encontro proporciona uma apresentação da prestação de contas pela CRE, bem como avaliação final da execução do Programa.O encontro também incentiva a comunidade local a planejar sobre a continuidade dos trabalhos, utilizando de suas vantagens locais e suprimindo as necessidades, proporcionando assim o desenvolvimento da sua comunidade. (PROMOVER 2019).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o estudo realizado, através do levantamento de informações e dados da PROMOVER, conclui-se que o associativismo foi o modelo desenvolvido, para que as famílias pudessem acessar a política pública do PNHR. Somente foi possível a realização desses empreendimentos pela junção dos diversos grupos que de forma coletiva conseguiram demonstrar o potencial e a importância da união dos diversos atores sociais envolvidos.

A Ação da entidade foi fundamental para a promoção da cidadania e do desenvolvimento regional sustentável no Alto Vale do Itajaí.

Percebeu-se também, que através da organização social dos diversos setores da sociedade civil, foi possível o acesso e a integralização dessa política pública. Demonstrou-se que a partir do Programa Nacional de Habitação Rural foi possível integrar os benefícios com sustentabilidade a partir de uma residência digna de moradia, e, ainda as políticas transversais de assistência técnica resultando no aumento da renda e melhoria da qualidade de vida.

Por fim, conclui-se que foi de fundamental importância avaliar a demanda das políticas públicas, porém, não só com o olhar da entidade, mas também analisando o perfil de cada região, respeitando os seus próprios aspectos culturais e sociais, com suas necessidades pertinentes à realidade local, para a satisfação geral de todos.

REFERÊNCIAS

PROMOVER-ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E APERFEIÇOAMENTO DO CIDADÃO. Projeto de Trabalho Técnico Social - Empreendimento União 11 UH. 2018.

PROMOVER-ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E APERFEIÇOAMENTO DO CIDADÃO. Ata de assembleia Geral, de 16 de junho de 2013.

AMAVI-Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí. www.amavi.org.br acessado em 04/06/2019

BRASIL. Contratações efetuadas através do PNHR- 2009 a 2019. Brasília, DF: Ministério das Cidades, 2019.

BRASIL. Constituição (1988) . Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Estatuto da Cidade. Lei n. 10.257 de 10 de Julho de 2001. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil. acessado em 24/05/2019

BRASIL. Política Nacional de Habitação. Brasília, DF: Ministério das Cidades, Novembro 2004.

BRASIL. Portal do Ministério das Cidades. www.cidades.gov.br acesso em 16 de fev. 2019.

ZAPATA, T.; AMORIM, M.; ARNS, P.C. Desenvolvimento territorial a Distância. Florianópolis -SEAD/UFSC. 2007.

SCHERER-WARREN, I. Cidadania sem fronteira: ações coletivas na era da globalização. São Paulo: Edusp. 2002.

MONASTERIO, LEONARDO M. **Capital Social e grupo de interesse . Uma reflexão no âmbito da economia regional.** disponível na internet via [www.URL.http\capitalsocial.cjb.net](http://www.capitalsocial.cjb.net) (XXII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação em Economia. Belém - PA) .1999

DURSTON, John. **Construyendo Capital Social Comunitário.** Revista de la CEPAL n 69, Diciembre, p 103 - 118,1999.